

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020



Maringá – PR., 24 de fevereiro de 2021.

Aos
Diretores e Conselheiros Fiscais da
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
Brasília – Distrito Federal

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente,
para apreciação e análise de Vs. Sas. **Relatório dos Auditores Independentes** sobre as
demonstrações contábeis individuais levantadas em 31 de dezembro de 2020.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para
quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
Em 31 de dezembro de 2020

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	4 a 8
Balço Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado do Exercício.....	10
Demonstração do Resultado Abrangente.....	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	12
Demonstração dos fluxos de caixas.....	13
Demonstração do valor adicionado.....	14
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	15 a 44

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos

Diretores e Conselheiros Fiscais da

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo intitulado “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM** em 31 de dezembro de 2020, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixas referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Análise da vida útil e teste de recuperabilidade dos ativos

A Companhia não realizou a revisão da vida útil econômica dos ativos imobilizados, bem como, o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme requerido pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Assim, não foi possível mensurar a existência de eventuais ajustes e seus possíveis reflexos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020.

Vale a pena destacar que no ano de 2020 a Companhia realizou o trabalho de Inventário Geral de Bens Patrimoniais, conforme nota técnica Nº 6/2020/DIPATI/DEAMP/DAF/PR/CA, reconhecendo as divergências encontradas no resultado da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão

descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores individuais, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, utilizadas para fins de comparabilidade foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram em 19 de março de 2020, relatório de auditoria com ressalvas referente aos financiamentos concedidos, limitação de escopo – existência do ativo imobilizado e ausência da vida útil e recuperabilidade dos ativos e a reclassificação dos dividendos adicionais propostos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – PR., 24 de fevereiro de 2021.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

ATIVO		2020	2019	PASSIVO		2020	2019
	Nota <u>Explicativa</u>				Nota <u>Explicativa</u>		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	25.504	26.309	Fornecedores e Contas a Pagar	14	4.343	7.271
Créditos a Receber	5	243	252	Financiamentos a Pagar	15	-	18
Materiais	6	326	318	Tributos e Encargos Sociais a Pagar	16	12.954	11.307
Tributos a Recuperar	7	1.068	1.216	Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções	17	10.634	11.006
Adiantamentos para Despesas	8	3.255	3.676	Férias e 13o.salário a Pagar	18	45.493	46.809
Convênios com Entidades Diversas	9	8.912	7.115	Provisão para Contingências	19	8.198	8.213
Convênios com Entidades Diversas - TED	24	78.356	89.423	Contas e Despesas a Pagar	20	15.731	14.467
Outros Créditos	10	31	40	Convênios com Entidades Diversas	21	10.744	4.263
Total do Ativo Circulante		117.695	128.349	Convênios com Entidades Diversas - TED	24	78.356	89.423
				Dividendos a Pagar	22	-	5.748
				Credores Diversos	23	2.285	1.712
				Total do Passivo Circulante		188.738	200.237
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	11	13.184	26.233	Financiamentos a Pagar	15	-	286
Investimentos	12	5	5	Tributos e Encargos Sociais a Pagar	16	18.372	23.223
Imobilizado	13	109.897	124.250	Total do Passivo não Circulante		18.372	23.509
Total do Ativo não Circulante		123.086	150.488				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	25	30.148	30.148
				Reservas de Reavaliação	26	20.969	21.435
				Reserva Legal	27	-	3.508
				Resultado Acumulado	29	(17.446)	-
				Total do Patrimônio Líquido		33.671	55.091
TOTAL DO ATIVO		240.781	278.837	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		240.781	278.837

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
	Nota Explicativa		
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	30	2.834	2.297
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	31	(1.717)	(1.424)
LUCRO BRUTO		<u>1.117</u>	<u>873</u>
RECURSOS DA UNIÃO PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS	32	478.875	503.161
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	33	(506.306)	(418.820)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(26.314)</u>	<u>85.214</u>
(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS	34	(854)	(5.496)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>(27.168)</u>	<u>79.718</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	35	0	(9.559)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	36	<u><u>(27.168)</u></u>	<u><u>70.159</u></u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO		(9,22)	23,80

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>(27.168)</u>	<u>70.159</u>
RESULTADO LÍQUIDO ABRANGENTE	<u>(27.168)</u>	<u>70.159</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Resultado Acumulado</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
SALDOS EM 31/12/2018	30.148	-	21.901	(61.369)	(9.320)
Resultado do Período	-	-	-	70.159	70.159
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(466)	466	-
Reserva Legal	-	3.508	-	(3.508)	-
Dividendos	-	-	-	(5.748)	(5.748)
SALDOS EM 31/12/2019	30.148	3.508	21.435	-	55.091
Resultado do Período	-	-	-	(27.168)	(27.168)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(466)	466	-
Reserva Legal	-	(3.508)	-	440	(3.068)
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	8.816	8.816
SALDOS EM 31/12/2020	30.148	0	20.969	-17.446	33.671

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	(27.168)	70.159
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	2.794	9.288
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo	(287)	(6)
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	(1.399)	(1.315)
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo - PCLD	15.322	97
Ajustes no Ativo Imobilizado	0	0
Ajuste da Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	0	0
Provisão de Contingências	(15)	(58.361)
Ajustes no Ativo Investimentos	0	0
	(10.753)	19.862
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS		
Créditos a receber	6	(49)
Estoques	(8)	128
Tributos a recuperar	148	(174)
Adiantamentos para despesas	-	-
Depósitos Judiciais e para Recursos	(874)	1.288
Outros ativos	9.704	5.092
	8.976	6.285
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS		
Fornecedores	(2.928)	(1.676)
Salários e Encargos	(1.316)	6.438
Contas e Despesas a Pagar	(9.804)	(1.157)
Outros Passivos	3.460	(22.241)
	(10.588)	(18.636)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	(12.365)	7.511
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição do Imobilizado	(25.363)	(16.079)
Baixa de Imobilizado	36.923	7.461
Adição/Baixa de Intangível	0	-
Baixa de Investimento	0	15
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	11.560	(8.603)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0	0
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	26.309	27.401
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	25.504	26.309
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(805)	(1.092)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Valores Adicionados

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
RECEITAS	481.751	505.534
Recursos Financeiros da União	478.875	503.161
Outras receitas	2.876	2.373
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	138.741	53.058
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.717	1.424
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	120.607	157.499
Perda/Recuperação de valores ativos	15.322	97
Outras(Provisões, Reversões e Resultado com Ações Judiciais)	1.095	-105.962
VALOR ADICIONADO BRUTO	343.010	452.476
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	12.126	12.308
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	330.884	440.168
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.419	1.374
Receitas financeiras	1.419	1.374
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	332.303	441.542
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	332.303	441.542
Pessoal	308.862	304.492
Remuneração direta	279.710	276.406
Benefícios	10.701	10.582
FGTS	18.451	17.504
Impostos, taxas e contribuições	48.336	60.020
Federais	48.035	59.442
Estaduais	28	28
Municipais	273	550
Remuneração de capitais de terceiros	2.273	6.871
Juros	2.273	6.871
Remuneração de capitais próprios	-27.168	70.159
Juros sobre o capital próprio	0	0
Dividendos	0	0
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas Controladores	-26.353	68.054
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas não Controladores	-815	2.105

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.**

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia e com as atribuições de serviço geológico do Brasil.

Para total e fiel obtenção de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências com excelência no interesse do país, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e execução dos serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;
- Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;
- Realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados com os fenômenos naturais e induzidos, ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;
- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação. De acordo com o disposto no § 1º, do art. 2º da Lei

nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, consideram-se: a) recursos minerais: as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, bem como na plataforma submarina; b) recursos hídricos: as águas de superfície e as águas subterrâneas.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM atua em todo o território nacional, possui sede e foro em Brasília/DF, além de 12 Unidades Regionais nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, Manaus, Porto Velho, Belém, Recife, Fortaleza, Teresina, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Vinculados a estas unidades regionais estão os Centros Integrados de Estudos Multidisciplinares – CIEM de Apiaí, São Paulo, Centro Integrado de Estudos Geológicos – CIEG Morro do Chapéu, Bahia, Depósitos de Mossoró, Rio Grande do Norte, Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul e Feira de Santana, Bahia, Núcleos de apoio técnico Curitiba, Paraná, Criciúma, Santa Catarina, Natal, Rio Grande do Norte, Roraima, Roraima e Cuiabá, Mato Grosso, Rede de Bibliotecas, Litotecas e Laboratórios.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo feita conforme estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Nota 3 - Resumo das Principais Diretrizes Contábeis

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores registrados nas Contas Contábeis 1.1.1.1.1.02.06 – Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional, 1.1.1.1.2.20.01 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Orçamento Fiscal da Seguridade Social - OFSS, 1.1.1.1.2.20.03 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal da Seguridade Social OFSS e 1.1.1.1.1.02.06 - Recursos da Conta Única Aplicados representam, no Balanço da Companhia, as disponibilidades, ou seja, o Caixa e Equivalentes de Caixa.

Essas contas são movimentadas conforme normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, principalmente, as Macrofunções n.º. 020303 – Programação e Execução Financeira, item 7, 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, item 3.5 e o Decreto n.º 6.170 de 25.07.2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências, Art. 10, parágrafos 4º e 5º.

b) Créditos a Receber

Os valores registrados em créditos a receber são referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregados a outros órgãos e ressarcimento de despesas por cessão de espaço físico a terceiros, de interesse comum. A CPRM não possui contas a receber de clientes.

c) Materiais

Os valores registrados neste item são materiais de consumo, avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição.

d) Tributos a Recuperar

A contabilização do item tributos a recuperar refere-se aos créditos apurados, conforme legislação tributária específica do PIS/PASEP e da COFINS (Leis 10.637/2002 e 10.833/2003).

e) Adiantamento para Despesas

Os adiantamentos são demonstrados no ativo circulante e reclassificados em contas de despesas quando da prestação de contas.

f) Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de convênios, quando a CPRM é concedente, são contabilizados em conta do ativo circulante e após a aplicação destes recursos, baixados pela prestação de contas do Ente conveniado.

g) Financiamentos a Receber

Os financiamentos a receber são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), do Governo Federal, que teve como objeto estimular os empresários brasileiros a se dedicarem ao ramo da mineração, oferecendo um sistema de financiamento adequado às peculiaridades da prospecção mineral, e assumindo, juntamente com o empresário, os riscos inerentes à mesma.

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos, além dos registros ajustando as possíveis perdas.

h) Investimentos

Os itens demonstrados possuem natureza permanente e estão atualizados ao valor patrimonial.

i) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração as estimativas dos critérios vigentes, apropriada ao resultado do exercício) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços que foram adquiridos no curso normal das operações de empresas nacionais.

l) Financiamentos a Pagar

Os empréstimos firmados pela CPRM cujo prazo é superior a um ano entre a assinatura do contrato e seu pagamento final são contabilizados no passivo não circulante e os valores a serem pagos até o final do exercício seguinte, para o passivo circulante. Tais financiamentos estão suportados por contratos específicos.

m) Impostos e Encargos Sociais a Pagar

As obrigações da Companhia com o Governo relativas a impostos, taxas e contribuições são registradas em contas específicas dentro desse item.

n) Salários, Remunerações e Benefícios, Férias e 13º Salários a Pagar

Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

o) Provisão para Contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes são as seguintes: (i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

p) Convênios com Entidades Diversas

A Companhia recebe recursos de convênios concedidos por Órgãos e Entidades, que são contabilizados no passivo circulante e sua aplicação é apurada mensalmente.

q) Capital Social

O Capital Social da CPRM é composto por Ações Ordinárias e Preferenciais, totalmente integralizadas, com 97% das Ações pertencentes à União Federal e 3% a Entes Federativos.

r) Reserva de Reavaliação

Os itens de reserva de reavaliação foram constituídos conforme reavaliação feita à época nos moldes da ferramenta SPIUnet (Sistema Público de Gerenciamento dos Imóveis do Governo Federal) e norma específica e a realização pela depreciação dos respectivos imóveis.

s) Apuração do Resultado

O resultado é apurado segundo o Regime de Competência. O resultado antes dos tributos sobre o lucro é apurado somando o lucro bruto e os recursos da União para operações e investimentos, diminuídos do resultado das despesas e receitas operacionais e financeiras. O resultado fiscal é apurado trimestralmente conforme legislação do Imposto de Renda e o IRPJ e Contribuições sobre o Lucro Líquido – CSLL, conforme LALUR e LACS.

t) Receita

A receita líquida é resultado da receita bruta diminuída do Imposto sobre Serviços – ISS, tributo sobre ela incidente, conforme legislação tributária específica. As receitas surgem no curso normal da atividade econômica, pesquisa e desenvolvimento em ciências físicas e naturais, desenvolvida pela Companhia, referindo-se, principalmente, aos serviços prestados pela rede de Laboratórios de Análise Mineral – LAMIN/CPRM.

u) Custos

A apuração dos custos referentes à prestação dos serviços é estimada com base nas informações geradas pelo Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC, de acordo com a avaliação dos centros de custos, pelas áreas que prestam o serviço.

v) Despesas

O registro das despesas atende as classificações e os estágios da Execução da Despesa e do Orçamento Público. O referido registro, é composto pelos lançamentos das despesas patrimoniais, depreciações, provisões, perdas, entre outras.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa é representado pelas Contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Orçamento Fiscal da Seguridade Social, Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal da Seguridade Social e Recursos da Conta Única Aplicados.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Limite de Saque com Vinculação Pagamento - OFSS	10.241	10.200
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OP - OFSS	15.090	13.751
Recursos da Conta Única Aplicados	173	2.358
Total	25.504	26.309

4.a) Limite de Saque com Vinculação Pagamento – OFSS: O limite de saque com vinculação de pagamento é um processo pelo qual a Coordenação Geral de Programação Financeira – COFIN, controla os pagamentos dentro de cada fonte de recursos (origem ou procedência de financeiro que deve ser gasto com uma determinada finalidade), de forma a vincular a liberação com a respectiva despesa. Na programação da execução financeira é feita a compatibilização entre a liberação e a disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, observando a Lei Orçamentária Anual – LOA.

4.b) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OP – OFSS: Ressalta-se que o saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS, no valor de R\$ 15.090 representa os pagamentos que aguardam autorização para posterior emissão de ordem bancária.

4.c) Recursos da Conta Única Aplicados: Conforme orientações da norma, Macrofunção nº 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, item 3.5, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a Companhia faz a transferência dos recursos da sua conta única para a conta de aplicação, assim como o resgate do valor aplicado à conta única. Ao final de cada decêndio, a partir do saldo diário da conta de aplicação, é realizado o cálculo da remuneração diária (saldo do dia x taxa STN). O equivalente de caixa referente aos Recursos da Conta Única Aplicados, no valor de R\$ 173, em 31 de dezembro de 2020, está registrado conforme o Decreto nº 6.170, de 25.07.2007, onde ficou estabelecido que os recursos de convênio, enquanto não utilizados, devem ser aplicados e as receitas financeiras auferidas devem ser obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade.

Nota 5 – Créditos a Receber

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se basicamente a créditos por cessão de pessoal a outros órgãos, conforme abaixo:

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	243	252
Total	243	252

Sobre o saldo existente em dezembro de 2020, ressalta-se a existência de Processo Judicial Transitado em Julgado desde 19/04/12. Cumprindo a decisão, o processo foi remetido à Contadoria Judicial em 20/02/19 e em 02/05/19 a Procuradoria Geral do Estado do Amapá foi intimada a manifestar-se sobre o cálculo atualizado. O Processo está concluído desde 09/08/2019, aguardando expedição de precatório.

Nota 6 - Materiais

Os valores registrados neste grupo referem-se a materiais de consumo, demonstrados pelo custo médio ponderado de aquisição.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Material de Consumo	326	302
Outros Materiais de Consumo	-	16
Total	326	318

Nota 7 – Tributos a Recuperar

Neste grupo são registrados os créditos tributários referentes à COFINS e ao PIS/PASEP apurados conforme a transmissão da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD – Contribuições). São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
COFINS a Recuperar/Compensar	871	992
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	189	216
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	8	8
Total	1.068	1.216

Nota 8 - Adiantamentos para Despesas

São registrados neste grupo os adiantamentos para o atendimento das operações da Companhia, consoante a normativos específicos, sendo os adiantamentos de viagens e serviços realizados na prestação de contas.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Adiantamento de Décimo Terceiro	32	-
Adiantamento de Férias	1.294	1.330
Adiantamento de Viagens e Suprimento de Fundos	1.083	1.016
Adiantamento a Prestadores de Serviços	846	1.330
Total	3.255	3.676

Nota 9 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de convênios transferidos pela CPRM às Entidades Diversas são contabilizados em conta de ativo circulante, representando um direito que será realizado quando o conveniente prestar contas após aprovação da área técnica. Conforme legislação vigente, a prestação de contas deverá ser apresentada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do termo de execução descentralizada.

De acordo com o controle realizado pela Divisão de Execução Financeira DIEFIN/DECOF/CPRM, segue quadro resumo:

Entidades Diversas	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) - Vigência: 02/2016 a 02/2018 - Prorrogado o prazo para 31/12/2020 Objeto: Manutenção e a Ampliação da Rede Sismográfica Brasileira – RSBR, constituída pela Rede Sismográfica do Sul e do Sudeste do Brasil – RSIS Obs.: A prestação de contas deverá ser apresentada em até 60 dias, após o término da vigência do TED, conforme legislação vigente.	1.360	1.360
Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Vigência: 12/2015 a 11/2017 - Prorrogado prazo para 30/11/2021	1500	1.500

Objeto: Realização de três campanhas de levantamento de dados geofísico e oceanográficos e coleta de amostras geológicas na região da Plataforma de Florianópolis e no Terraço de Rio Grande para avaliação da ocorrência de depósitos de fosforita dentro do Programa REMPLAC Obs.: OBS: Em andamento.		
Centro Federal de Educação Tecnológica de MG – CEFET – Vigência: 26/12/2019 a 26/12/2020. Objeto: O presente instrumento tem por objeto o desenvolvimento de um novo desenho organizacional para a CPRM com vistas ao aprimoramento da eficiência e efetividade da organização, baseado nas modernas práticas gerenciais, em conhecimento científico de fronteira, no alinhamento à estratégia organizacional e em adaptações de aspectos complementares devidas às consequências da mudança estrutural. TED 38/CPRM/2019 – ED 699557 Obs.: A prestação de contas deverá ser apresentada em até 60 dias, após o término da vigência do TED, conforme legislação vigente.	461	0
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – Vigência 11/2009 a 11/2013 Objeto: Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 Km quadrado, da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B-V), situada na região da baixada litorânea e parte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Obs.: Aguardando o ateste do gestor do convênio aprovando a prestação de contas.	160	160
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 08/2018 a 08/2019. Objeto: Objeto: Utilização do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Navio Vital de Oliveira" na realização de campanhas de levantamento de dados geofísicos e oceanográficos e coleta de amostras geológicas, oceanográficas e biológicas - Programa PROAREA e REMPLAC. OBS: Prestação de contas em 16/04/2020, conforme registro no Siafi.	0	2.000
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 12/2019 a 12/2020. Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas REMPLAC E PROAREA. TED 36/CPRM/2019 – ED 699113 OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em até 60 dias, após o término da vigência do TED, conforme legislação vigente.	2.000	2.000
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 11/2020 a 11/2021. Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas REMPLAC E PROAREA.	1.689	0

TED nº016/CPRM/2020 Processo SEI nº 48035.002074/2020-61 OBS: Em andamento.		
Universidade Federal Fluminense – Vigência: 11/2019 a 05/2020. Objeto: Consolidar e ampliar os estudos sobre as causas e patologias diversas que estão afetando os prédios e estruturas urbanas em Maceió – Alagoas. TED 28/CPRM/2019 – ED 698880 OBS: Aguardando o ateste do gestor do convênio aprovando a prestação de contas.	162	95
Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP – Vigência: 11/04/2016 a 11/04/2021 Objeto: Objeto: Estabelecimento de valor e a forma de repasse de contribuição financeira, com alteração no plano de aplicação (Anexo I), para custeio da gestão e manutenção física e lógica da infraestrutura da Rede MetroBel, referente ao atual exercício. OBS: Em andamento.	41	0
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE Vigência: 10/11/2020 a 10/05/2021 Objeto: Análises químicas da água do mar para determinação dos principais nutrientes inorgânicos dissolvidos. Processo SEI nº48035.002130/2020-68 Descentralização: 2020NC003417/2020PF002507 OBS: Em andamento.	153	0
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN Vigência 13/11/2020 a 13/07/2021 Objeto: Estudos de caracterização da fonte dos fenômenos sismológicos associados a rachaduras e afundamentos de terrenos em região urbanizada em Maceió - AL, para subsidiar a consolidação das conclusões até então obtidas pela CPRM e apoiar o monitoramento do processo na região. TED 017/CPRM/2020 Processo SEI nº48032.001925/2020-89 OBS: Em andamento.	167	0
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP Vigência: 12/2020 a 12/2021 Objeto: Desenvolvimento de atividades que viabilizem a implantação de serviços de comunicação e colaboração, bem como infraestrutura de redes avançadas, integrados à RNP para uso da CPRM. TED 020/CPRM/2020 Processo SEI nº48032.006471/2020-32 OBS: Em andamento.	1.219	0
Total	8.912	7.115

Nota 10 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a grupos do Ativo Circulante, tais como Prêmios de Seguros a Apropriar, Assinaturas e Anuidade a Apropriar e Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, apresentaram saldos de R\$ 31 e R\$ 40, respectivamente.

Nota 11 - Realizável a Longo Prazo

No Ativo Realizável à Longo Prazo estão registrados os Financiamentos Concedidos, sob o título de Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Mineraias, evidenciando os valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, conforme recursos dos Programas de incentivo do Governo Federal da época. Além de Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Mineraias, Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação, demonstrados abaixo:

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Financiamentos Concedidos	8.108	22.072
Outros Créditos	5.076	4.161
Total	13.184	26.233

Nota 11.1 - Financiamento Concedidos à Pesquisa Mineral

Sobre os Processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), a Consultoria Jurídica/COJUR/CPRM recomendou, de acordo com Ofício s/nº /2020/DIESPA, de 21 de dezembro de 2020, a seguinte classificação para os riscos contratuais que consequentemente, deu conformidade aos ajustes das perdas, no Balanço da Companhia:

PROCESSOS	EMPRESAS	RECUPERAÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	PERDAS ESTIMADAS
003.499/35	EXDIBRA EXTR. DIAMANTES S/A.	REMOTO	3.370	(3.370)
808.445/73 810.677/73	MINEPAR MIN. GASPAR LTDA.	POSSÍVEL	15.222	(15.222)
805.657/76 805.658/76 805.659/76 812.559/76	BELO SUN MIN. LTDA.	PROVÁVEL	8.108	-
Total			26.700	(18.592)

Os saldos líquidos referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$ 8.108 em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 22.072 em 31 de dezembro de 2019, foram atualizados com juros contratuais que variam de 3% a 7% a.a., representado pelos valores totais de R\$ 26.700 e de R\$ 25.343 respectivamente, deduzindo-se R\$ 18.592 e R\$ 3.271, relativo à Provisão de Riscos Contratuais para perdas estimadas.

Sobre a recuperação dos financiamentos, o Grupo de Trabalho criado pelo Ato nº 252/PR/2019 em outubro de 2019, diligenciou com intuito de obter informações junto ao Cartório de Registros de Títulos e Documentos (verificando o registro do 4º TA ao financiamento da Oca/Verena/Belo Sun), junto à Justiça Federal RJ (verificando o andamento do processo da Exdibra) e junto à Agência Nacional de Mineração (verificando a caducidade das portarias de lavra da Minepar). Pela análise da documentação, até o momento, 17/12/2020, verifica-se a possibilidade de recuperação de valores referentes aos financiamentos. Contudo, o GT deu por encerrado os trabalhos de recuperação das mineradoras Minepar e Exdibra, tendo em vista a não localização dos mesmos, recomendando que a administração da CPRM consulte a COJUR(Consultoria Jurídica da CPRM), sobre a viabilidade de ajuizar ação de exibição de documentos e ação judicial, tendo em vista a negativa de prestar informações pelo BNDES no que tange a Mineradora Exdibra e a dificuldade de contato com os envolvidos, em função também da impossibilidade de localização. A Mineradora Belo Sun Ltda está em negociação com a CPRM, com a provável recuperação dos valores repassados pela CPRM, acrescido de juros contratuais e correção inflacionária, conforme processo SEI nº 48035.000762/2020-97.

Nota 11.2 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a outros grupos do Realizável a Longo Prazo, tais como Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

Neste grupo também estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irreatável, pela CPRM à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na “escritura de cessão de direitos minerais”, firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda. com a interveniência da CPRM por escritura pública lavrada em 11/11/1993. Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem-sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do “Projeto Caçapava”, localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje ANM. As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética. O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 31/12/2020 é de R\$ 2.775, assim como o saldo credor da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Crédito por Concessão Direito de Uso/Exploração de Bens	2.775	2.775
Ajuste Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.775)	(2.775)
Depósitos Judiciais	2.807	1.679
Depósitos para Interposição de Recursos	1.564	1.817

Depósitos Compulsórios - Combustíveis	607	572
Depósitos Compulsórios - Veículos	98	93
Total	5.076	4.161

Importante acrescentar que foi instituída a formação de um Grupo de Trabalho, através do Ato nº 14/PR/19, de 28 de janeiro de 2019, com a finalidade de estudar a situação financeira das obrigações de repasse de percentual do minério explorado nas áreas cedidas a terceiros, subsidiando eventual cobrança administrativa e ou judicial decorrente de inadimplemento, e sugestão de diretiva executiva dos contratos.

Verificações feitas pelo Grupo levantaram informações, expressas no Memorando nº 106/2019/DICOTE/COJUR, de 12 dezembro 2019, sobre o contrato da Eucatex Mineral Ltda,. Conforme o citado Memorando, em vistoria realizada, por pesquisador da CPRM, em 03 e 04/04/19, não foi observada atividade de lavra nas áreas de turfa, conforme visitas técnicas realizadas em 03 e 04/04/19. A área onde ocorreu a exploração da turfa no passado atualmente é um lago cercado de pequenas propriedades rurais onde exercem as atividades de agricultura e pecuária e nas análises dos relatórios anuais de lavra realizadas, a empresa não declarou produção alguma.

Neste sentido, não há qualquer informação de valores presentes a serem pagos à CPRM. Cabendo afirmar que tal conclusão faz parte de um estudo preliminar, que não exclui eventuais recebíveis pela exploração pretérita, são as considerações finais feitas pela COJUR, conforme o citado Memorando.

Nota 12 - Investimentos

Os valores registrados como Investimentos correspondem a ações e títulos de natureza permanente, atualizados a valor patrimonial.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Ações de Outras Companhias e Incentivos Fiscais	5	5
Total	5	5

Nota 13 - Imobilizado

Inicialmente, cabe ressaltar que a NE foi construída em observância aos itens 18, 19, 20 e 22 do Parecer SEI nº 5/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME.

Os elementos do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Sobre o atendimento às orientações da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia, considerando o aperfeiçoamento dos procedimentos do próximo inventário geral de bens móveis, poderá avaliar se há alguma indicação de que os bens sofreram desvalorização, como exemplo, evidência da obsolescência ou dano físico

dos ativos imobilizados, considerando que terá fontes internas mínimas de informação e os bens poderão ser caracterizados como sujeitos ao reconhecimento de perdas.

As informações resultantes do procedimento do inventário geral de bens móveis realizado no exercício 2020 estão detalhadas na Nota Técnica nº 6/2020/DIPATI/DEAMP/DAF/PR/CA de 15 de dezembro de 2020.

As principais dificuldades relatadas foram: conferência física “*in loco*”; os membros das comissões não tiveram dedicação exclusiva, conforme determinava a norma ADM 01.02.11, no seu item 9.2 e divergências entre o sistema de controle e a situação real do bem. Como resultado, está o fato de que 20,7% dos bens não foram localizados, conforme detalhado na tabela 10, da referida Nota Técnica. Ainda conforme a citada NT, diante das dificuldades impostas pela pandemia do COVID-19, o inventário de bens patrimoniais referente ao exercício 2020 foi concluído e os seus efeitos foram refletidos no Balanço da CPRM.

A CPRM, em relação à estimativa de vida útil econômica e taxa de depreciação, considerando que antes à vigência da Lei nº 11.638/2007, e conseqüentemente, antes às orientações da NBC TG 27 (R4), a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, manteve, em 2020, os parâmetros vigentes, por meio do método linear, como seguem:

Bens do Ativo Imobilizado	Estimativa de vida Útil	Taxa de depreciação
Máquinas e Equipamentos a.a.	Dez anos	10%
Equipamentos de Informática a.a.	Cinco anos	20%
Móveis e Utensílios a.a.	Dez anos	10%
Veículos a.a.	Cinco anos	20%
Embarcações a.a.	Dez anos	10%
Imóveis a.a.	Vinte e Cinco anos	4%
Instalações a.a.	Dez anos	10%
Terrenos – Não depreciável		
Documentação, Objetos de Arte e Peças para Exposição – Não depreciável		

A Companhia fará revisão das estimativas, se necessário, quando existir uma indicação confiável de mudança significativa desde a última data de Balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os saldos do Imobilizado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão representados abaixo, conforme item 21 do Parecer SEI nº 5/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME e Pronunciamento Técnico CPC nº 27:

R\$ Mil	Saldo(custo) em 31/12/2019	Adições do Período	Baixas do Período	Saldo (custo) até 31.12.2020	Depreciação Acumulada 31/12/2019	Depreciação do Período	Saldo Líquido em 31/12/2020
Imóveis	76.361	375	-	76.553	(16.339)	(1.266)	59.133
Laboratórios	3.790	-	-	3.790	(528)	(139)	3.123
Terrenos	391	-	391	-	-	-	-
Aparelhos de Medição e Orientação	47.524	7.012	4.851	49.684	(32.383)	(3.196)	14.106
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.590	1.051	1.875	1.766	(1.724)	30	72
Equipamentos de Operação	19.180	1.469	8.384	12.265	(9.868)	478	2.875
Mobiliário em Geral	13.342	1.873	3.887	11.330	(8.308)	(272)	2.749
Instalações	952	342	-	1.294	-	-	1.293
Embarcações	988	38	172	854	(681)	(36)	136
Veículos	25.925	3.355	4.360	24.918	(22,734)	(519)	1.665
Equipamentos Áudio, Vídeo e Foto	3.271	333	1.094	2.509	(1.944)	12	578
Equipamentos de Processamento Dados	35.414	8.048	9.407	34.056	(28.265)	1.846	7.637
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.926	27	12	8.942	(88)	(5)	8.849
Imobilização em Curso	3.840	408	-	4.247	-	-	4.247
Aparelhos e Equipamentos para Laboratório	16.740	951	1.064	16.627	(12.348)	(1.004)	3.274
Máquinas e Ferramentas de Oficina	1.180	83	139	1.123	(954)	(11)	158
TOTAL	260.414	25.365	35.636	249.959	(136.164)	(4.082)	109.897

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em Imobilizações em Curso são contabilizados os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta, outros gastos em obras em andamento que, quando concluídas, terão sua destinação voltada à manutenção das atividades da empresa, ocasião em que serão reclassificadas para as contas específicas no imobilizado. Já em Equipamentos de Operação são contabilizados máquinas e equipamentos gráficos, eletroeletrônicos, doméstico, hidráulico, agrícolas e agropecuário, de proteção e segurança e de natureza industrial.

Complementarmente, a Administração da CPRM ressalta que desde a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adotou todas as rotinas contábeis, conforme enfoque patrimonial da Contabilidade Pública, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, referentes à movimentação do Ativo Imobilizado em todas as Unidades Gestoras.

Nota 14 - Fornecedores e Contas a Pagar

São registrados neste grupo as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia, e aquelas decorrentes de prestações de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, entre outras.

As obrigações com os Fornecedores e Contas a Pagar são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Regime de Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações executadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Contas a Pagar Credores Nacionais	3.679	7.195
Fornecedores Nacionais	664	76
Total	4.343	7.271

Nota 15 - Financiamentos a Pagar

Os Financiamentos a Pagar no circulante correspondem a parcelas com vencimento até o término do Exercício seguinte, referentes a contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados.

A CPRM efetivou a liquidação antecipada da dívida de médio e longo prazo, em atendimento a solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional e conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº343 de 18/08/2014 e Termo de Quitação do Banco do Brasil datado de 08 de outubro de 2020.

Os saldos do Financiamento a Pagar no circulante representam R\$ 0 e R\$ 18 e no não circulante representam R\$ 0 e R\$ 286, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

	12/2020	12/2019
Empréstimos Externos Circulante	-	18
Empréstimos Externos Não Circulante	-	286

Nota 16 – Tributos e Encargos Sociais a Pagar

Estão registrados os saldos das contas de Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços – ISS, os Tributos Renegociados, além dos encargos com Contribuição para o INSS e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, de acordo com a representação abaixo:

	12/2020	12/2019
		R\$ Mil
Tributos Renegociados a Curto Prazo	5.735	4.554
Tributos Renegociados a Longo Prazo	18.372	23.223
INSS Contribuição s/ Salários e Remunerações	5.267	5.000
FGTS	1.952	1.753
Total	31.326	34.530
Circulante	12.954	11.307
Não Circulante	18.372	23.223

16.a) Tributos Renegociados a Curto Prazo: Registra os valores exigíveis a curto prazo devidos pela Companhia relativos a Tributos Federais que foram renegociados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB. O saldo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 5.735, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R\$ 4.554. A variação aconteceu, principalmente, em função dos débitos apurados de tributos incidentes sobre o lucro no 2º Trimestre de 2019.

Conforme relatório de Situação Fiscal, segue quadro resumo dos Processos referentes aos tributos renegociados:

TRIBUTOS RENEGOCIADOS	
Diagnóstico Fiscal da Receita Federal	
Parcelamento com Exigibilidade Suspensa	
Processos	Código da Receita
10166.726.797/2014-43	8109-PIS 2172-COFINS 6012-CSLL
10166.408.305/2019-45	6012-CSLL
10166.408.400/2019-49	0220-IRPJ
14041.000.908/2007-26	3926- Reabertura da Lei nº 11.941/2009
Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	
Processos - Inscrição com Exigibilidade Suspensa	

Processos	Código da Receita
10166.500.041/2006-66, 10166.500.477/2008-17, 14041.001.114/2005-18 e 10166.507.934/2011-08.	3835-Reabertura da Lei nº 11.941/2009
PERT – MP-783/2017 – Art.3 Inciso I	1734-IRPJ/CSLL

16.b) Tributos Renegociados a Longo Prazo: Nesta conta estão registrados os valores exigíveis a longo prazo devidos pela Companhia relativos a Tributos Federais que foram renegociados. A Companhia segrega os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB. O saldo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 18.372, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 23.223.

16.c) Encargos de INSS: Registra os valores relativos às contribuições à Previdência Social, incidentes sobre salários e remunerações pagos pela Companhia. Os encargos foram apropriados em dezembro para recolhimento no mês de janeiro de 2021 e o saldo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5.267, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 5.000.

16.d) Encargos de FGTS: Registra os valores dos encargos sociais a recolher ao FGTS, gerados por pagamentos de salários apropriados em dezembro para recolhimento no mês de janeiro de 2021. O saldo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 1.952, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.753.

Nota 17 – Obrigações Tributárias a Recolher – Retenções

São registradas as movimentações das contas de retenções tributárias, em que a CPRM é responsável pela retenção e pelo recolhimento, conforme demonstrado abaixo:

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	7.767	7.671
INSS	1.437	1.184
Impostos e Contribuições Divs Devidos ao TN	1.366	2.101
ISS	60	44
Outros	4	6
Total	10.634	11.006

17.a) IRRF devido ao Tesouro Nacional: Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela CPRM, do imposto sobre a renda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados, sobre as quais incida o referido imposto. O saldo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 7.767, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 7.671.

17.b) INSS: Registra o valor das retenções, procedidas em pagamentos de empregados regidos pela consolidação das leis do trabalho (CLT) ou de serviços de terceiros, a ser recolhido ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS. O saldo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.437, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.184.

17.c) Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro Nacional: Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela Companhia, de impostos e contribuições diversos, relativos às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos, conforme, principalmente, a Instrução Normativa RFB nº Lei 1.234/2012 e alterações. O saldo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.366, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.101.

17.d) Outros: Estão agrupadas as contas de INSS-Contribuição S/ Salários e Remunerações Terceiros, INSS-Contribuição S/ Serviços Terceiros Contribuintes Avulsos, Recursos Previdenciários - GPS a Emitir, INSS - Contribuição S/ Serviços de Terceiros – Intra Orçamento, INSS - Contribuição S/ Serviços de Terceiros – Inter Estadual, Recursos Fiscais - DARF a Emitir, Recursos Fiscais Estadual/Municipais.

Nota 18 - Férias e 13º Salário a Pagar

A Companhia registra as Férias e o 13º Salário pelo Regime de Competência, na apropriação mensal de 1/12(um, doze avos), sobre a folha de pagamento. A CPRM pagou aos seus funcionários o 13º Salário dentro do exercício.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Férias a Pagar	45.493	46.809
Total	45.493	46.809

Nota 19 - Provisão para Contingências

A Provisão para Contingências foi constituída conforme situações futuras de perdas. Os Processos classificados com riscos prováveis pela Consultoria Jurídica da Companhia, estão demonstrados pelos montantes abaixo (Ofício 182/2020/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM, de 18 de dezembro de 2020):

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Responsabilidade Civil	395	365
Ações Trabalhistas	7.723	7.848
Outras Provisões	80	-
Total	8.198	8.213

Nota 19.1 - Ações com Perdas Possíveis

Os processos classificados como de risco possível pela Consultoria Jurídica, conforme 182/2020/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM, de 18 de dezembro de 2020, resultaram em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 9.659 e 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 8.280.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Ações de Responsabilidade Civil	2.433	2.408
Ações Trabalhistas	7.226	5.872
Total	9.659	8.280

Nota 20 - Contas e Despesas a Pagar

São registrados valores a pagar, tais como Salários, Remunerações e Benefícios, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções Diversas, e outros.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Salários, Remunerações e Benefícios	12.632	12.182
Planos de Previdência e Assistência Médica	2.054	1.953
Retenções Sindicatos, Associações e Cooperativas	5	1
Retenções Planos de Seguros	165	176
Retenções – Empréstimos e Financiamentos	867	77
Outras Contas a Pagar	8	78
Total	15.731	14.467

20.a) Salários, Remunerações e Benefícios: Registra as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito. O saldo apresentado foi de R\$ 12.632, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 12.182.

20.b) Planos de Previdência e Assistência Médica: Registra os descontos efetuados em folhas de pagamento do pessoal para posterior recolhimento a favor de instituições de Previdência e Assistência Médica. O saldo apresentado foi de R\$ 2.054, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.953.

20.c) Retenções Sindicatos e Associações: Registra os valores das consignações retidos pela entidade, ou entregues a essa, para recolhimentos aos respectivos Sindicatos. O saldo apresentado foi de R\$ 5, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.

20.d) Retenções Planos de Seguros: Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes as contribuições a planos de seguro de vida em grupo. O saldo apresentado foi de R\$ 165, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 176.

20.e) Retenções – Empréstimos e Financiamentos: registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes a empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros (consignações), bem como retenções de parcelas de consórcios e segurados do INSS. O saldo apresentado foi de R\$ 867, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 77.

20.f) Outras Contas a Pagar: Em outras contas estão retenções para outros sindicatos e retenções a fornecedores de vale refeição.

Nota 21 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos recebidos de convênios com entidades diversas com ou sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e sua exigibilidade é apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

Conforme controle realizado pela Divisão de Execução Financeira DIEFIN/CPRM, os adiantamentos feitos pelas entidades a título de Convênio em 31 de dezembro de 2020 correspondem a R\$ 10.744, conforme quadro abaixo:

		R\$ Mil	
Entidades Diversas	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	
<p>Sec. Estadual de Meio Ambiente e Rec. Hídricos – SEMAR Vigência: 26/07/19 a 31/03/20 Objeto: Execução de cadastramento de novos poços tubulares já existentes em cadastro na Bacia do Rio Guaribas no Estado do Piauí. Obs.: O gestor do convênio está elaborando a prestação de contas.</p>	140	251	
<p>Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil – FUNPDEC Vigência: 08/11/2017 a 31/10/19 Objeto: Elaborar a setorização de riscos geológicos, referentes a movimentos de massa e eventos destrutivos de natureza hidrológica, em nível alto, mapeamento de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e eventos destrutivos de natureza hidrológica, em nível baixo, médio e alto e mapeamento de perigo em municípios do Estado de Santa Catarina. Obs.: Finalizado.</p>	-	1.332	
<p>Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento – ADASA Vigência: 31/10/18 A 31/07/20 Objeto: Manutenção e operação das redes de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal. Obs.: Finalizado.</p>	-	381	
<p>Secretaria Nacional de Defesa Civil/MI – SEDEC - MI TC 10/2013 Vigência: 07/06/13 a 07/06/14 Objeto: Recuperação de sistemas simplificados de abastecimento de água para suprir déficit de abastecimento no Município de Arcoverde no Estado de Pernambuco Obs.: Finalizado, aguardando aprovação da prestação de contas.</p>	2	32	
<p>Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAN Vigência: 17/11/15 a 16/11/19 Objeto: Dar continuidade a implantação do Projeto de Cartografia da Amazônia, cuja finalidade é a geração e atualização de produtos cartográficos terrestres, geológicos e náuticos para a Amazônia Legal. (TED) Obs.: Finalizado.</p>	-	254	
<p>Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo – ANP Vigência: 20/02/15 a 19/02/20 Objeto: Rateio das despesas de Administração da CPRM e ANP no prédio situado na Av. Pasteur, nº 404, onde está instalado o BDEP. Obs: Aguardando a apresentação da prestação de contas pelo gestor do TED.</p>	273	150	

<p>Coordenação Geral de Recursos Logísticos – Ministério das Cidades Vigência: 25/09/07 a 25/09/08 Objeto: Capacitação de técnicos municipais para prevenção de riscos de desastres naturais em municípios dos estados do Rio de Janeiro. Obs.: Encerrado, porém, com saldo financeiro na CPRM.</p>	37	37
<p>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Convênio 052/CPRM/2007 e Convênio 028/CPRM/2008 Vigência: 16/07/07 a 16/08/08 e Vigência: 02/09/08 a 02/12/08 Objeto: Implantar sistemas de abastecimento de água nas áreas dos assentamentos do Incra, através de perfuração de poços artesianos nos Projetos de Assentamentos do Estado de São Paulo, nos Municípios sob jurisdição da SR-08/SP, que apresentam pouco desenvolvimento e diversas demandas urgentes. Obs.: Finalizado, aguardando ateste na prestação de contas para devolução do saldo.</p>	14	14
<p>Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental Vigência: 31/11/18 a 30/11/20 Objeto: Elaboração do mapa hidrogeológico do Estado de Minas Gerais na escala 1:500.000, com o detalhamento na escala 1:100.000 da região do Quadrilátero Ferrífero. Obs: TED vencido, aguardando o gestor do convênio apresentar a prestação de contas.</p>	88	78
<p>Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA Convênio nº 08/ANA - CPRM/2019 Vigência: 01/01/2020 a 30/06/2021. Objeto: Manutenção e Operação de estações de monitoramento da Rede Hidrometrológica Nacional (RHN) , Implantação e Operação da RHNR e ainda operação de estações piezométricas do sistema Aquífero Urucuia (Bacia do Rio São Francisco e Bacia do Rio Verde Grande). Obs.: Em andamento.</p>	9.705	1.465
<p>Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM/MME Vigência: 20/12/19 a 22/04/20 Objeto: Apoio institucional para contribuir com a montagem do pavilhão brasileiro no PDAC 2020 – Internacional Convention Trade Show & Investors Exchange. Obs: Finalizado</p>	0	50
<p>Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA Vigência: 05/10/19 a 05/10/20 Objeto: Monitoramento da recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina. Obs.: TED vencida, aguardando o gestor do convênio apresentar a prestação de contas.</p>	50	219
<p>Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA</p>	170	0

Vigência: 15/10/20 a 15/10/21 Objeto: Monitoramento da recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina. Obs.: Em andamento.		
Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - MAPA Vigência: 23/12/2020 a 23/12/2021 Objeto: Implementação, em ambiente WEBGIS, da Fase 2 da PLATAFORMA TECNOLÓGICA DO PRONASOLOS – composta dos módulos: Governança e Gestão (Sala de Situação e Controle); Ambiente de Execução e aperfeiçoamento dos módulos dos Portais de Dados e do Conhecimento. Obs: Em andamento.	265	0
Total	10.744	4.263

Nota 22 – Dividendos a Pagar

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 23 de abril de 2020, entre outras demandas, representado pelo acionista majoritário, votou a respeito do tema, pela destinação de todo Lucro Líquido ajustado à Reserva de Dividendos a Pagar, representada no Balanço pela rubrica Reserva de Lucros a Realizar no valor de R\$ 5.748.

Nota 23 - Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar não relacionados a outros do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	748	723
Diárias a Pagar	1.307	744
Depósitos e Cauções Recebidos	211	211
Depósitos Retidos de Fornecedores	1	6
Indenizações, Restituições e Compensações.	2	19
Outros Credores	16	9
Total	2.285	1.712

23.a) Contribuição a Entidades de Previdência Privada: Registra os valores dos encargos sociais a recolher representados pela Contribuição Patronal a Entidades fechadas de Previdência Privada. O saldo apresentado foi de R\$ 748, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 723.

23.b) Diárias a Pagar: Registra os valores relativos as diárias a pagar. O saldo apresentado foi de R\$ 1.307, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 744.

23.c) Depósitos e Cauções Recebidos: Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções pela entidade vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas. O saldo apresentado foi de R\$ 211 em 31 de dezembro de 2019.

23.d) Depósitos Retidos de Fornecedores: Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos/retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras determinações. O saldo apresentado foi de R\$ 1, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 6.

23.e) Indenizações, Restituições e Compensações: Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações. O saldo apresentado foi de R\$ 2, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 19.

Nota 24 – Convênios com Entidades Diversas – TED

Em relação aos Convênios com Entidades Diversas, a Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT alterou a rotina do Termo de Execução Descentralizada -TED, a partir do exercício 2019, conforme Mensagem nº 2019/0204238 de 29 de janeiro de 2019, emitida no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

O Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças –DECOF verificou que a CCONT lançou os valores totais recebidos pela Companhia referentes a todos os TEDs (convênios) evidenciando as descentralizações externas de créditos orçamentários. Em contrapartida houve o registro de variação patrimonial diminutiva (despesa), que consequentemente, impactou o resultado da CPRM, gerando prejuízo em igual valor.

Buscando anular o impacto do resultado e preparar as Demonstrações Contábeis com informação útil para tomada de decisão, a Divisão de Contabilidade Geral realizou lançamentos no subgrupo de Convênios com Entidades Diversas – TED e, contrapartida no resultado.

Ressalta-se que a prática contábil adotada pela Companhia já era o reconhecimento do direito e da obrigação, no Balanço Patrimonial, classificados em contas patrimoniais análogas ao orientado pela CCONT.

A Divisão de Execução Financeira, que controla a movimentação do recurso, inclusive a prestação de contas, está em contato com os órgãos concedentes para ajustes dos saldos. Faz-se necessário esclarecer ainda, que a Companhia prestou conta dos montantes relevantes, porém a análise e a baixa pela aprovação, depende de tais órgãos.

Os convênios com entidades Diversas – TED registrados até 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, apresentam os seguintes valores:

	R\$ Mil	
	2020	2019
Convênios com Entidades Diversas – TED - ATIVO	78.356	89.423
Convênios com Entidades Diversas – TED - PASSIVO	78.356	89.423

As prestações de contas dos convênios entre a CPRM e Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano foram entregues pela CPRM e estão em análise pelo órgão cedente.

Abaixo, segue quadro resumo:

Entidades Diversas - TED	Nº CONV.	Saldo
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	ED 696289	416
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	ED 673418	600
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC	ED 674588	44.093
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC	ED 674897	1.700
Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano	ED 680238	737
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED689568	1.426
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo – ANP	ED 689666	1.097
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED 694925	4.555
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	ED 699549	22.648
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração SPOA/MMA	ED 698222	219
Secretaria de Inovações, Desenvolvimento Rural e Irrigação	ED 1AADOT	865
Total		78.356

Nota 25 - Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o Capital Social integralizado no valor de R\$30.148, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

A composição acionária da empresa em 31 de dezembro de 2020 apresenta a seguinte distribuição:

	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de Ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	0	0	1.169	0	1.169	0
Fazenda do Estado do São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	0	116	0	232	0
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	6.015	0	6.015	2	12.030	0
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	0	0	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	0	0	0	1.202	0
Centrais Elétricas Norte do Brasil	0	0	233	0	233	0
Indústrias Nucleares do Brasil	23	0	0	0	23	0
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	0	0	0	200	0
Cia. Paranaense de Energia – COPEL	674	0	594	0	1.268	0
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	467	0	0	0	467	0

	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de Ações	%
Cia. Rio-grandense Saneamento - CORSAN	233	0	0	0	233	0
Metais de Goiás S/A - METAGO	584	0	116	0	700	0
CESP - Cia. Energética de São Paulo	467	0	701	0	1.168	0
Cia. Rio-grandense de Mineração	39	0	0	0	39	0
Cia. Matogrossense de Mineração - METAMAT	400	0	0	0	400	0
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	0	0	400	0	400	0
Total	2.631.150	100	317.022	100	2.948.172	100

Nota 26 - Reservas de Reavaliação

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Em 2020, o valor da realização corresponde a R\$ 466 mil e teve como base os valores registrados como depreciação dos imóveis de uso especial, com exceção dos valores dos terrenos que não são depreciáveis. O prazo máximo estimado para a total reversão da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 9 anos e para o imóvel de GO é de 19 anos e 3 meses.

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Reserva de Reavaliação		
Terreno	13.006	13.006
Imóvel	7.963	8.429
Total	20.969	21.435

Nota 27 - Reserva Legal

Encontrava-se registrado, em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 440, ajustado e calculado para constituição de Reserva de Lucro, especificamente, Reserva Legal, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e alterações e art. 93, Inciso II, do Estatuto da CPRM, sendo utilizado o seu valor integral para absorção do Prejuízo do Exercício, conforme proposta da Destinação do Resultado do Exercício. Em 2019 o valor estimado foi de 3.508, sendo ajustado em 2020, conforme AGO realizada em 23 de abril de 2020, Ata JC/DF – 5330000166-9

Nota 28 – Reserva de Lucros a Realizar

Reserva constituída pela destinação de todo Lucro Líquido Ajustado, apurado no exercício de 2019, conforme voto do acionista majoritário, na AGO realizada em 23 de abril de 2020, Ata JC/DF – 5330000166-9, no montante de R\$ 8.817 mil, oriundos do ajuste na Reserva Legal, nota 26 e Dividendo a Pagar, nota 22. O seu valor foi utilizado integralmente para a absorção do Prejuízo do Exercício, conforme proposta da Destinação do Resultado do Exercício.

Nota 29 – Resultado Acumulado

Nesta conta são registrados os resultados acumulados da Companhia. A empresa apresentou prejuízo acumulado no valor de (R\$ 17.446), representado abaixo:

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Resultado Acumulado	-17.446	-
Total	-17.446	-

Nota 30 - Receita Líquida de Serviços

A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos Tributos Incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços provenientes da atividade fim da Companhia, conforme evidenciado a seguir:

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Receita Líquida de Serviços	2.834	2.297
Total	2.834	2.297

Nota 31 - Custo dos Serviços Prestados

Os valores atribuídos aos Custos dos Serviços Prestados pela Companhia relativos aos serviços prestados, principalmente, conforme estudos *in loco* do Laboratório de Mineração – LAMIN, em 31 de dezembro de 2020 foram estimados em R\$ 1.717 e em 31 de dezembro de 2019 em R\$ 1.424 .

Nota 32 - Recursos da União para Operações e Investimentos

Conforme as três esferas de orçamento que compõem a Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, a Companhia está incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União e, conforme o Manual Técnico de Orçamento – MTO/2020, não está incluída no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais (OI), isso porque a CPRM é uma empresa em que a União, diretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, porém a programação consta integralmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Até 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R\$ 478.875 e 503.161, sendo R\$ 446.689 e 448.573 para operações do ano corrente e R\$ 32.186 e 54.588 para pagamento de despesas de Restos a Pagar, respectivamente.

Os recursos do Tesouro Nacional para CPRM, empresa estatal dependente, destinaram-se a cobertura de pagamentos relacionados às categorias de gastos de pessoal e encargos sociais, dívida externa e interna e de custeio em geral e de capital, sem receber recursos

de investimentos relacionados ao adiantamento para futuro aumento de capital e movimentaram as contas de resultado no SIAFI, como repasses recebidos, transferências recebidas para pagamento de restos a pagar e transferências concedidas para pagamento de restos a pagar.

Nota 33 - Despesas e Receitas Operacionais

Representam as despesas realizadas para a manutenção dos serviços da Companhia e outras receitas operacionais.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 31 de dezembro de 2020 e de 2019 tiveram as seguintes composições:

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Despesas com Pessoal	-279.708	-276.408
Encargos Sociais	-62.297	-64.931
Benefícios a Empregados	-967	-1.276
Plano de Previdência Complementar	-9.735	-9.306
Locação e Aquisição	-1.621	-2.222
Depreciação e Amortização	-12.126	-12.308
Despesas Tributárias	-4.447	-2.958
Serviços de Comunicação	-1.432	-2.951
Manutenção	-8.450	-9.420
Serviços Públicos	-2.931	-3.972
Serviços Profissionais Contratados	-102.086	-132.782
Materiais	-4.088	-6.151
Resultado com Ações Judiciais	-4.760	-3.437
Outras Despesas/Receitas	-11.658	109.302
Total	-506.306	-418.820

Em 2019, o aumento significativo relacionado a Outras Despesas/Receitas, mas especificamente no que se referem às variações patrimoniais aumentativas, foi influenciado pela realização total do passivo tributário de IPTU do imóvel da Unidade do Rio de Janeiro.

Nota 34 - Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros e outros. As Despesas e Receitas apuradas até 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentam os seguintes valores:

	R\$ Mil	
	12/2020	12/2019
Despesas Financeiras	-2.273	-6.870
Receitas Financeiras	1.419	1.374
Total	-854	-5.496

Nota 35 – Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia, conforme ajustes estabelecidos pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Lucro Real/Trimestral, apurou, a partir do seu resultado contábil, em 30 de junho de 2019, lucro fiscal no valor de 36.367 mil, apurando IRPJ no valor de 6.981 e CSLL no valor de 2.578 no período.

Nota 36 - Resultado Líquido do Período

A Companhia apurou até 31 de dezembro de 2020, prejuízo contábil de R\$ 27.168 e 31 de dezembro de 2019, lucro contábil de 70.159, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O resultado líquido do exercício teve a sua redução em função da absorção da Reserva de Lucros no valor de 8.816, Reserva Legal no valor de 440 e Realização da Reserva de Reavaliação no valor de 466, conforme determina o Art.189, Parágrafo único da Lei 6.404/76.

Nota 37 – Remuneração de Dirigentes e Empregados

A remuneração paga em 2020, aos empregados ocupantes de cargos permanentes e aos dirigentes da CPRM, no que tange a maior, menor e média mensal, foram:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Dirigentes	30.751,77	27.745,96	29.248,86
Empregados	27.400,48	1.888,91	10.480,50

Nota 38 – Cobertura de Seguros

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre bens móveis, imóveis e almoxarifado, conforme apólice nº 3038/0000002/96, vigência com início em 06/01/2020 e término em 06/01/2021, junto a MAPFRE Seguros Gerais S.A. O valor segurado total foi de 285.981.355,49 e prêmio total de 51.231,28.

Os seguros contratados dos bens móveis (veículos), apólice nº 2342000109131, vigência com início em 01.12.2019 e término em 01.12.2020, também da MAPFRE Seguros Gerais S.A., o valor segurado segue as coberturas contratadas e valores máximos de indenizações conforme a citada apólice e prêmio total de 264.397,99 relativo a 214 veículos.

Nota 39 – Eventos Subsequentes – Avaliação dos impactos do COVID19 (Corona Virus) nas operações da Companhia

A CPRM, empresa pública do governo federal, estatal dependente do orçamento fiscal e da seguridade social, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, informa que as ações que estão em curso no âmbito da Companhia, acompanham e estão alinhadas às diretrizes e orientações emanadas dos órgãos centrais do Governo Federal, que lideram o processo de gestão dessa crise. A Companhia mantém até a presente data, orientações de alcance interno, que delimitam a atuação dos gestores e seus empregados, visando a resguardar a saúde individual e

coletiva de seus colaboradores, além de manter o funcionamento das atividades, em especial aquelas voltadas às garantias fundamentais à sociedade em atendimento a Portaria nº117/GM, de 18 de março de 2020, MME, data que a CPRM passou a operar em sua maior parte, no regime de trabalho a distância.

A Administração da CPRM promoveu em 2020, um levantamento junto as diretorias da empresa, conforme solicitação do Conselho Fiscal e suportado em pesquisa de opinião, onde concluiu que as medidas adotadas foram suficientes para a manutenção no nível de produtividade existente no período pré-pandemia e que após o mapeamento e redesenho de processos decorrentes do projeto de reestruturação da Companhia, será possível metrificar e avaliar de forma objetiva a produtividade das equipes em atividades remotas ou presenciais. Contudo, as áreas finalísticas da Companhia destacaram que os projetos que dependiam de levantamentos de campo, tiveram suas entregas adiadas, o que pode impactar o cronograma dos projetos nos anos subsequentes.

A CPRM acredita que o impacto do coronavírus na operação da empresa provavelmente será em decorrência do cenário macroeconômico na pandemia, como, por exemplo, a variação cambial, o comportamento da balança comercial, as flutuações da atividade industrial, a arrecadação do estado e seus reflexos em outros elementos afetos à economia do país.

Por fim, é importante registrar que, em que pese a possibilidade de eventuais impactos em cronogramas de projetos futuros, não houve sinalização direta de redução das atividades operacionais da empresa no curto prazo, exceto quanto às atividades de campo, cujas metas não foram completamente atingidas. Podemos inferir que haverá manutenção no médio prazo da maior parte dos resultados da empresa na prestação de serviços à sociedade brasileira e no cumprimento da sua missão constitucional. Ressalta-se que, em face dos aspectos imprevisíveis da Pandemia, essa prospecção de médio prazo pode sofrer variações positivas ou negativas.

Esteves Pedro Colnago
Diretor Presidente

Cassiano de Souza Alves
Diretor de Administração e Finanças

Alice Silva de Castilho
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Marcio José Remédio
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Paulo Afonso Romano
Diretor de Infraestrutura Geocientífica

Dauro Ferreira
Contador CRC-RJ 072539/O-9 S-DF
CPF. 754.880.357-53